CRISE DO CAPITAL E POBREZA: os impactos da COVID-19 nas condições de vida da população brasileira e nas políticas sociais

Mariana Figueiredo de Castro Pereira[1]

Natália Coelho de Oliveira[2]

RESUMO

O presente trabalho se propõe a analisar os impactos da crise econômica no Brasil, agravado pelo Coronavírus (COVID-19). Podemos observar por meio dos dados apresentados sobre a precariedade das condições de vida da população brasileira que os índices de fome, pobreza, desemprego estrutural, informalidade habitacional e urbana se acentuou, expondo as populações mais vulneráveis residentes em territórios populares às condições de desproteção social. Dessa maneira, entende-se que a desaceleração da economia, aprofundada pela Covid-19 incluiu uma parcela da população que não tinha vivenciado situações de pobreza, bem como submeteu aqueles que já viviam em situação de miséria a uma série de violações de direitos, provocada pela redução de recursos federais nas políticas sociais e pela clara orientação política governamental de não priorização de investimentos em políticas importantes como habitação, infraestrutura, educação, saúde e assistência social.

Palavras-chave: Crise; Pobreza; COVID-19.

ABSTRACT

The present work aims to analyze the impacts of the economic crisis in Brazil, aggravated by the Coronavirus (COVID-19). Through the data presented on the precarious living conditions of the Brazilian population, hunger, poverty and unemployment rates, structural, housing and urban informality was accentuated, exposing the most vulnerable populations residing in popular territories to conditions of social lack of protection. Thus, it is understood that the economic slowdown, deepened by Covid-19 included a portion of the population that had not experienced situations of poverty, as well as subjected those who were already living in poverty to a series of rights violations, caused by the reduction of federal resources in social policies and by the clear government policy of not prioritizing investments in important policies such as housing, infrastructure, education, health and social assistance.

Keywords: Crisis; Poverty; COVID-19.

[1] Programa de Pós-graduação em Serviço Social (UFRJ), com bolsa de Doutorado pela CAPES, Mestre em Serviço Social pela PUC-RJ, Assistente Social. Endereço eletrônico: marianafcp12@gmail.com.

[2] Programa de Pós-graduação em Serviço Social (UFRJ), Bolsista de Doutorado pela CAPES, Mestre em Serviço Social pela UERJ, Assistente Social. Endereço eletrônico: nataliacoelho2014@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

A grave crise sanitária mundial provocada pela circulação do vírus SARS-CoV-2 ou o chamado Novo Coronavírus (COVID-19) provocou não somente a contaminação em massa, com um número sem precedentes de internações e mortes, assim como gerou o colapso dos sistemas de saúde e evidenciou a já desigual situação social e econômica dos países. No caso do Brasil, um dos epicentros em número de mortes e contaminações (542,756 mortes no país, segundo a OMS, até julho de 2021) esse sério problema veio acompanhado de uma crise política que tem impactado nas políticas sociais públicas e em vários setores da sociedade, em especial as minorias e as periferias do país.

As famílias brasileiras foram duramente atingidas nesta pandemia, pois o isolamento social trouxe e agravou situações de desemprego, precariedade habitacional, acirramento de tensões e conflitos familiares, na medida em que as desigualdades e opressões ficaram evidentes com perdas materiais, financeiras e afetivas e o acesso aos serviços sociais básicos se tornou precário.

No campo da proteção social mais ampla tais efeitos têm impulsionado ações imediatas na saúde e economia, além do necessário isolamento social. A desaceleração da economia, que já vinha sendo impactada pela crise do capital e pela inserção dependente do Brasil no contexto da acumulação capitalista internacional fez com que o fenômeno do desemprego tenha se tornado alarmante, afetando o cotidiano da população, agravando ainda mais as vulnerabilidades presentes no convívio das famílias mais pobres, expondo os diferentes ciclos de vida às condições de desproteção, o que reforça o entendimento de que trata-se de uma crise sanitária aprofundada e relacionada com a crise econômica, social e ambiental.

Dessa maneira, esse artigo propõe breve reflexão teórica sobre a crise econômica, entendendo as particularidades da nossa formação sócio histórica, considerando a pobreza como um processo histórico e um fenômeno produzido pelo próprio desenvolvimento desigual e combinado da acumulação capitalista, compreendendo a condição periférica brasileira. Nesse caminho metodológico, propõe-se analisar, a partir de dados de pesquisas atuais (fontes oficiais do governo,

de institutos de pesquisa, organismos internacionais renomados, além de notícias de jornais e revistas eletrônicas), características mais marcantes das desigualdades sociais, com destaque no fenômeno da pobreza, que têm atingido grupos mais vulneráveis e acentuado traços históricos, sociais e culturais da nossa formação social, diante de um contexto especial de violação de direitos.

2 O DEBATE SOBRE POBREZA E SUA RELAÇÃO COM A CRISE DO CAPITAL

Para tratarmos da *pobreza* é preciso apontar de antemão alguns pontos relevantes para esse debate. O primeiro refere-se aos estudos que indicam que esse fenômeno não é recente e sim fruto de um processo histórico que remontam: desde a escassez de alimentos relacionada às intempéries que assolavam plantações e atingiam populações (tribos, feudos, entre outras formações) que subsistiam pela agricultura, até sua relação específica com o modo de produção capitalista já no século XIX, fundamentado na apropriação privada da terra e na distribuição da riqueza socialmente produzida.

Além disso, a pobreza ganha destaque nas sociedades capitalistas e nas primeiras iniciativas sociais de cunho filantrópico e caritativo pelas instituições religiosas e que se desenvolveram em experiências dos Estados sobre as sociedades, em vista do próprio desenvolvimento do capitalismo no mundo, a exemplo da nova *Leis dos Pobres* (*New Poor's Law*) de 1834, na Inglaterra. É necessário indicar que a existência de tais iniciativas culminará na emergência das Políticas Sociais, sendo este um fenômeno estritamente associado à constituição da sociedade burguesa e da intervenção do Estado sobre ela e, portanto, é indissociável à luta de classes e ao protagonismo político do operariado nesse cenário de exploração, alienação e pobreza. (BEHRING; BOSCHETTI, 2008).

Um segundo ponto importante, é o retorno dessa temática pelos governos no final dos anos 1980, a partir de orientações dos organismos financeiros internacionais como o FMI e o Banco Mundial aos países em desenvolvimento, entre eles, os países da América Latina que viviam períodos de crise econômica combinada à crise política,

caracterizada pelo fim do período ditatorial militar e o início da agenda neoliberal. A urgência dos governos atuarem no combate à fome e pobreza, renderam diversas experiências em programas de transferência de renda nas Américas, como no México e no Brasil.

Silva e Silva (2002) sinaliza o cuidado na análise acerca da categoria *pobreza* visto que ela se distingue da pobreza do passado, mais particularmente em detrimento a três fatos: 1) a reincidência e aceleramento dos índices de pobreza a partir dos anos 1980 que difere dos anos anteriores quanto à redução da fome e elevação da expectativa de vida, segundo dados do PNUD (1990); 2) a persistência e manutenção das desigualdades sociais atreladas à distribuição da riqueza no mundo, cada vez mais desigual e que afeta grupos mais vulneráveis como as mulheres, a população rural, negra e grupos étnicos; 3) o aparecimento da chamada “nova pobreza” na literatura e em grupos de pesquisas nos anos 1990, que passam a incluir parcelas de grupos e pessoas como pobres e que antes não eram considerados, como, por exemplo, parte de trabalhadores em situação de desemprego, trabalho precário ou subemprego que vivem em situação considerada de insegurança com declínio de renda e que não haviam experimentado antes situação de pobreza. Antunes (1995) classifica essa parte de *trabalhadores instáveis*, que possui relações de trabalho desregulamentadas como, a “classe que vive do trabalho”, pois mesmo em situação de desproteção da legislação trabalhista e descobertos do sistema de previdência social, são trabalhadores informais que ainda sim participam do processo de exploração do capital sobre o trabalho.

Os fatos apresentados pela autora questionam a própria sociedade burguesa, algo já apresentado nas obras de Marx e em estudos com a população operária inglesa por Engels, por isso, pensar na erradicação da pobreza seria pensar na superação do sistema que se beneficia dela. Sposati (2011) corrobora com essa reflexão ao afirmar que as políticas de combate à pobreza se manterão focalistas e emergenciais enquanto não estiverem articuladas à acumulação capitalista e à concentração de riqueza, o que implica na relação com a política econômica que direciona tais programas. A crise do Capital trouxe à tona o debate sobre a pobreza como um fator multidimensional, com perspectivas que criminalizam a pobreza,

culpam os indivíduos por suas condições de vulnerabilidade e segmentam o acesso às políticas sociais, centradas cada vez mais na assistência social.

Sampaio Jr. (1997) problematiza que a crise do sistema monetário internacional intensificou a vulnerabilidade das economias nacionais às vicissitudes do capital internacional (1971-73). O autor aponta que no âmbito das transformações provenientes da globalização, as nações periféricas ficam à mercê das decisões dos países centrais do capitalismo, considerando que “as nações emergentes ficam sujeitas a processos de reversão neocolonial que desarticulam seus centros internos de decisão e quebram a espinha dorsal do sistema econômico nacional. ” (SAMPAIO JR. 1997, p. 21). Tais traços coloniais do Brasil é parte da história da nossa formação na esfera do padrão de acumulação capitalista, que determina o lugar do país na economia internacional e reforça a grau de dependência tecnológica das regiões centrais, principalmente no que diz respeito ao trabalho, como por exemplo, “a infraestrutura econômica, a qualificação de mão de obra e as escalas de produção”.

Como consequência a esses processos de reversão neocolonial, observa-se o aumento da dívida externa nas décadas de 1960-70, acompanhadas da aceleração da inflação ao longo da década de 1980 no país. No início dos anos 1990, apresenta-se a subordinação da política econômica ao esquema convencional de reciclagem da dívida externa que transformou a transferência de recursos reais ao exterior no principal eixo de articulação da intervenção do Estado na economia.

Mészàros (2000) nos elucida a compreensão de que a crise do capital, a partir da década de 1970, vem promovendo intensas transformações e mudanças de limitação histórica do capital, no seu sistema metabólico. Dessa forma, vem atuando na desumanização dos seres humanos, no processo de expansão do capital:

> Pois este sistema de controle do metabolismo social, teve que poder impor sobre a sociedade sua lógica expansionista cruel e fundamentalmente irracional, independentemente do caráter devastador de suas consequências; ou teve que adotar algumas restrições racionais, que, diretamente, contradiziam suas mais profundas determinações como um sistema expansionista incontrolável. (MÉSZÁROS, 2000, p. 10).

Dessa maneira, esse autor afirma que a Globalização promoveu uma série de limites à expansão das taxas de lucro, trazendo a seguinte afirmação: “[...] a crise

estrutural do capital é a séria manifestação do encontro do sistema com seus próprios limites intrínsecos [...]", ao espaço, tempo, vida, no trabalho e vida social. O que traz de novo, neste momento histórico, é a invasão do capital na vida social, "[...] afetando cada aspecto da vida, desde as dimensões reprodutivas diretamente materiais às mais mediadas dimensões intelectuais e culturais". (MÉSZAROS, 2000, p. 15).

Estudos de Sabadini (2018), acrescentam que este movimento do capital é realizado em espiral, marcado por rupturas e saltos qualitativos, nas formações sociais capitalistas. Dessa maneira, algumas divergências teóricas de compreensão encontram-se no campo estratégico e tático, mas a maioria dos autores neste campo de pensamento constatam os sintomas, a partir da década de 1960, demarcado pela retração da economia nos países centrais do capital.

A novidade neste sistema internacional se dará pela ampliação do segmento dos serviços que será a nova fronteira para a mundialização do capital – os serviços financeiros, de seguros e imobiliários, promovendo novos arranjos econômicos, alterando a geopolítica de integração industrial, comercial, financeira e produtiva dos grupos multinacionais. (CHESNAIS,1996).

Para entendermos esse processo, Fontes (2010) coloca que o sistema bancário é hoje um dos pilares da acumulação capitalista, incidindo nas relações fetichizadas. Ao mesmo tempo em que há um processo de concentração de capitais, sob forma monetária, isso implica nas mais variadas e perversas expropriações, como condição histórica, considerando que "[...] a produção social de trabalhadores 'livres' (expropriados) é sempre condição para e resultado da ampliação das condições sociais de cunho capitalista." (FONTES, 2010, p. 42). Esse processo de inovação tecnológica e financeira afetará nas relações de trabalho, especialmente na América Latina, aonde o estatuto do trabalho já vem sendo praticado por meio da informalidade produtiva e terceirização do trabalho. Esses processos de reestruturação econômica afetaram ainda mais graus de exploração do trabalho e espoliação urbana dos trabalhadores nas cidades brasileiras.

A massa profundamente desigual de trabalhadores disponíveis urbanos, assim constituída, por um lado, abriu formidável manancial de exploração da força de trabalho para capitais e capitalistas de porte variado, e por outro, grande parte dessa

população anseia – compreensivelmente – pela integração ao mundo do trabalho regular. Entretanto, sua magnitude agudiza as tensões imperialistas e certamente impulsionará lutas sociais com escopos variadíssimos. Nesse cenário, multiplica-se a segregação em favelas e periferias e se reatualizam (e surgem novas) formas de opressão étnicas, sexuais, culturais, geográficas e religiosas, assim como atividades ilegais e diferentes formas de violência e a agudização da pobreza. (FONTES, 2010).

A partir da agenda neoliberal e sua orientação quanto ao ajuste fiscal e monetário dos países, com agressiva recomendação de redução de gastos sociais, privatização e refuncionalização dos Estados verifica-se impacto incisivo sobre a classe trabalhadora e os sistemas de proteção social. Combinado a isso, o processo de flexibilização e precarização do trabalho incide no aumento dos índices de pobreza. Segundo dados da ONU (2001), 2,8 bilhões de pessoas no mundo viviam com menos de U$ 2,00 (dois dólares) por dia, o que significa que quase metade da população mundial passa a experimentar situação de severa privação ou vulnerabilidades. Essa situação se agravará exponencialmente, a partir da pandemia ocasionada pelo COVID-19 em 2020-2021 e que trataremos a seguir.

3 IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS PARA A POPULAÇÃO BRASILEIRA E AS POLÍTICAS SOCIAIS NA PANDEMIA

O Brasil entrou no *Mapa da Fome* (ONU) novamente, depois de 17 anos, colocando milhões de brasileiros sem garantia de comida na mesa. A pandemia deixou 19 milhões com fome em 2020, atingindo 9% da população brasileira, a maior taxa desde 2004 quando essa parcela tinha alcançado 9,5%. Verifica-se quase o dobro dos números em comparação com 2018, quando o IBGE identificou 10,3 milhões de brasileiros nessa situação. Dessa maneira, podemos observar, através de dados da *Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan)*, que ao todo, 116,8 milhões de pessoas estiveram em situação de insegurança alimentar no Brasil, intensificada pelo aumento dos preços

dos alimentos neste período de 2020-2021, devido aos elevados índices da inflação e a política econômica adotada. (O GLOBO, 06/04/2021).

Apesar dos esforços dos governos e da sociedade civil com ações emergenciais, como o auxílio emergencial (aprovado em abril de 2020 pelo Presidente Bolsonaro) e campanhas de arrecadação de alimentos que ajudaram a enfrentar a pandemia e a pobreza, a alta nos preços dos alimentos e do valor do botijão de gás imprimem uma situação catastrófica ao país. Com a alta de 15% dos preços dos alimentos essenciais (cereais, leguminosas, óleos, carnes e frutas), segundo o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) dos últimos 12 meses - divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - para muitas pessoas, a escolha teve que ser feita entre comprar comida ou cozinhá-la.

A alta dos preços incluindo o reajuste da gasolina é explicada pelo mercado mundial, combinando uma mudança no consumo, pois as pessoas passaram a comer mais em casa; o aumento da demanda internacional por *commodities* agrícolas – visto que essa situação não é exclusiva brasileira – e a desvalorização cambial que atinge o preço dos produtos em reais (FOLHA DE S. PAULO, 11/03/2021) e explicitam a sua relação com a lógica capitalista.

Tal situação de oneração dos gastos familiares reflete na questão habitacional brasileira, que segundo os dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF (IBGE, 2017-2018) revelam que o gasto total das despesas familiares com habitação foi de R$ 466,34. Neste gasto é levado em consideração as despesas com aluguel, condomínio, IPTU e ITR. O segundo maior gasto das famílias brasileiras, é a despesa com transporte (R$ 234,66) e alimentação (R$ 219,44). (O ESTADO, 11/12/2020). Apesar do déficit habitacional ter caído entre 2017 e 2019 passando de 7,91 milhões para 7,79 milhões, em estudo divulgado pela *Abrainc (Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias e Ministério de Desenvolvimento Regional),* o Brasil precisará de 30,7 milhões de novas moradias até 2030, conforme a demanda de necessidades habitacionais dos brasileiros. Ainda assim a maior carência habitacional encontra-se concentrada na região sudeste com 3,1 milhões de moradias necessárias, indicando que o Estado precisa continuar a investir no setor habitacional de baixa renda. (EXAME, 15/03/2021).

Não obstante os números do déficit habitacional, o aumento do índice de insegurança alimentar e do desemprego no país (mais de 13% da população está desempregada, segundo dados do IBGE em julho de 2020), a Emenda Constitucional 95/2016 referente ao Teto de Gastos retirou mais de R$ 20 bilhões do SUS de 2016 até hoje. (Campanha Despejo Zero, 2020).

O orçamento previsto para 2021 pelo Congresso para o Ministério de Desenvolvimento Regional (MDR) de R$ 1,540 bilhão foi praticamente zerado, chegando a R$ 27 milhões pelo governo Jair Bolsonaro, representando um corte de 98,2% do total dos recursos previstos para o FAR (Fundo de Arrendamento Residencial). Além dessa redução, foram vetadas as ações de infraestrutura em fronteiras e áreas urbanas, programas de irrigação, contenção de encostas, drenagem e contenção de cheias, mobilidade urbana, regularização fundiária, construção de barragens e saneamento básico, entre outros programas, considerando que o segundo maior corte foi na pasta do Ministério da Infraestrutura responsável por tais ações, representando a redução de R$ 2,787 bilhões em obras já previstas. (UOL Economia, 23/04/2021).

Considera-se que, a população mais pobre foi a mais impactada pela pandemia e pelo corte de gastos no orçamento das políticas públicas, pois são os grupos mais vulneráveis que necessitam das políticas sociais desenvolvidas pelos programas emergenciais, na medida em que o desemprego e o trabalho informal são fatores que aumentam a exposição ao Covid-19. Observam-se maiores dificuldades enfrentadas por esses trabalhadores mais precários para seguirem medidas de prevenção ao vírus, considerando os estudos da Fiocruz (2020). Esta categoria de trabalhadores soma-se os trabalhadores sem carteira assinada, trabalhadores domésticos sem carteira, empregadores e trabalhadores por conta própria sem CNPJ, e trabalhadores familiares auxiliares. Dessa maneira, a taxa de informalidade no Brasil, atingiu seu maior nível desde 2016, chegando a 41,1%: os chamados *invisíveis* do mercado de trabalho. (FIOCRUZ, 23/03/2020).

Sendo assim, a instabilidade das relações de trabalho e insegurança no mercado de trabalho, vide o impacto da desaceleração da economia, tem afetado toda a população brasileira e refletido sobre o aumento da população em situação de rua.

Este segmento populacional cresceu 140% a partir de 2012, chegando a quase 222 mil brasileiros em março de 2020, e tende a aumentar com a crise econômica acentuada pela pandemia da Covid-19. Estudo recente desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2020), além de apresentar dados atuais, estima que entre as pessoas sem moradia estão desempregados e trabalhadores informais, como guardadores de carros e vendedores ambulantes, mas também têm sido cada vez mais comuns, mulheres com filhos em situação de rua e famílias numerosas.

> Ficar em casa e ter uma casa para cumprir a orientação crucial das autoridades e órgãos sanitários para diminuir a velocidade da propagação do vírus neste tempo de pandemia, de fato, são privilégios de classe, dos quais pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência não possuem, ficando ainda mais expostas aos riscos das ruas neste período. Dessa forma, medidas de distanciamento, isolamento social e quarentena não podem ser desassociadas de medidas de proteção social, senão as classes menos favorecidas sofrerão muito mais os impactos desta pandemia, principalmente, a população em situação de rua. (SILVA, 2020, p.962)

Outro dado relevante refere-se às disparidades de gênero durante a pandemia. Na divisão sexual do trabalho a sobrecarga feminina histórica se acentua, principalmente em razão das demandas do trabalho pago fora de casa e do trabalho doméstico, ou mesmo se consideramos além das atividades do trabalho remoto, o ensino remoto que intensificaram as atividades na vida familiar. Considera-se, segundo a Comissão dos Direitos das Mulheres e da Igualdade de Gênero do Parlamento Europeu (2020), que 75% dos empregos com relevância (de hospitais a lares, como professoras, empregadas de limpeza e lojistas) são levados a cabo por mulheres, dessa forma, no mercado de trabalho a mão de obra feminina tem atuado na linha de frente desta pandemia impactando na saúde, cuidado e renda das famílias.

> Segundo a ONU Mulheres (2017), o valor da contribuição dada pelas mulheres na economia do cuidado representa entre 10% e 39% do produto interno bruto (PIB) médio dos países. Durante a pandemia, 50% das brasileiras passaram a se responsabilizar pelos cuidados de crianças, idosos e pessoas com deficiências (Gênero e Número, 2020a). Muitas tiveram que deixar seus empregos e, devido à disparidade salarial, os casais tendem a priorizar o emprego dos homens. (PIMENTA *et al,* 2021, p.161)

Como se verifica por tais estatísticas a crise gerada pela pandemia resguarda traços de classe e gênero, onde “Além de altas taxas de desemprego e da sobrecarga de trabalho não remunerado, as relações de trabalho foram transformadas tanto no trabalho remoto quanto no presencial. ” (PIMENTA *et al,* 2021, p.162). Se recortarmos para o número de trabalhadoras domésticas - composto majoritariamente por mulheres, negras e de periferias - que foram obrigadas a escolher entre continuar trabalhando e se expondo ao COVID-19 ou as que perderam seus trabalhos, se expondo à pobreza e outras vulnerabilidades, como a violência doméstica por exemplo, entendemos o recorte de raça incluído nesse cenário.

4 CONCLUSÃO

Com base nas pesquisas realizadas e dados levantados, podemos destacar que as situações de calamidade e emergência, como é o caso da pandemia, afetam especialmente as populações que vivenciam a desigualdade, que habitam territórios precários e mais desiguais, bairros populares, favelas e periferias, onde possui densidade demográfica e habitacional e as situações de coabitação familiar e presença de famílias extensas nos domicílios já era considerada um problema social.

Na pandemia do COVID-19, onde as orientações dos organismos de saúde expressas através dos meios de comunicação eram “fique em casa” essa recomendação sanitária não foi possível nas periferias, pois esta alternativa não era um sinal de conforto e segurança, considerando os casos de precariedade habitacional e condições insalubres que já viviam boa parte da população brasileira, sem acesso à água ou com abastecimento irregular e inexistência de saneamento básico. Números do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) de 2018 mostram que mais de 16% da população brasileira, ou quase 35 milhões de pessoas, não têm acesso à água tratada e apenas 46% dos esgotos gerados nos país são tratados**,** o que reflete no acentuado número de casos de infeção e morte nesses locais onde o isolamento, distanciamento e orientações de higiene eram difíceis de manter e custear. (G1 Economia, 2020).

Este cenário agravou ainda mais esta realidade social, considerando que parte dos trabalhadores precisou sair do isolamento social para garantir a sobrevivência, colocando em risco a sua saúde e dos membros familiares, com destaque para aqueles que necessitam de maiores cuidados, como crianças e adolescentes, pessoas idosas, pessoas com deficiência, gestantes e nutrizes, povos e comunidades tradicionais, migrantes e refugiados, pessoas em situação de rua e vítimas de violações de direitos (CONGEMAS, 2020).

No entanto, não desconsideramos o papel da sociedade, organizações não-governamentais, religiosas e dos movimentos sociais que se mobilizaram coletivamente para enfrentar tais impactos sociais gerados pela pandemia, considerando que moradores de favela criaram redes de solidariedade, frentes e articulações e mostraram a sua capacidade de organização e mobilização, por meio do trabalho comunitário e do uso de tecnologias e ferramentas digitais para comunicação entre os territórios populares. Embora, o trabalho comunitário e de educação popular já ser bastante difundido entre os coletivos de mobilização popular, esta estratégia se constituiu uma força aglutinadora e multiplicadora que a juventude desenvolveu nesses tempos mais atuais e, que possibilitou a distribuição de alimentos e materiais de higiene entre os moradores dos territórios populares e periferias em todo o Brasil. (LIMA et al, 2021).

Nesse sentido, a política de assistência social foi a que mais desenvolveu ações às populações em situação de risco social com um aumento considerável de demandas e grupos sociais atingidos, contudo, na contramão sofreu cortes de orçamento, embora em menor valor que outras pastas e secretarias. Os CRAS – equipamentos públicos da política de assistência social - têm sido uma das principais vias por meio das quais famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social têm encontrado acesso a benefícios, conforme identifica Torres (2000).

Dessa maneira, a extensão de benefícios e programas sociais a um contingente maior de pessoas se constituiu uma estratégia de contenção do aumento da vulnerabilidade social decorrente da pandemia em muitos municípios que proviam de orçamentos maiores, por meio de ações integradas com diversas secretarias. Embora tenha aumentado os programas sociais, a nível municipal, o corte de gastos nas políticas sociais de habitação, infraestrutura, educação, agricultura e justiça fazem

que os conflitos de classe se acirrem, expondo parcelas da população vivendo sem moradia e condições dignas de vida, experimentando situações de extrema pobreza e violações de direitos humanos, com maior intensidade à população negra, pois compreendemos que o fenômeno da fome e pobreza, é produto da dinâmica de acumulação produtiva e o governo brasileiro não tem desenvolvido políticas públicas para distribuição de riqueza.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo, Cortez, 1995.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL PRECISARÁ DE 30 MILHÕES DE NOVAS MORADIAS ATÉ 2030, DIZ ESTUDO**. EXAME.** São Paulo, 15 mar. 2021. Disponível em: <https://exame.com/mercado-imobiliario/brasil-precisara-de-30-milhoes-de-novas-moradias/> Acesso em: 13 jul. 2021.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**, Tradução Silvana FinziFoá, São Paulo, Xamã, 1996.

FONTES, Virgínia. Para pensar o capital-imperialismo contemporâneo: concentração de recursos sociais de produção e expropriações, p. 21-97. In: **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história.** Rio de Janeiro: Editora ESPJV/UFRJ, 2010.

GASTO COM HABITAÇÃO CONSOME A MAIOR PARTE DO ORÇAMENTO DOS BRASILEIROS. **O Estado.** Brasília, 11 dez. 2020. Disponível em: <https://imirante.com/oestadoma/noticias/2020/12/11/gasto-com-habitacao-consome-a-maior-parte-do-orcamento-dos-brasileiros>. Acesso em: 13 jul. 2021.

GOVERNO CORTA 98% DOS RECURSOS DO ORÇAMENTO PARA O NOVO MINHA CASA MINHA VIDA. **UOL.** São Paulo, 23 abr. 2021. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/04/23/governo-corta-98-dos-recursos-do-orcamento-para-novo-minha-casa-minha-vida.htm>. Acesso em: 13 jul. 2021.

HABITAR BRASIL ORG. **DADOS DA CAMPANHA DESPEJO ZERO**, 11 de fev. 2021. Disponível em: <https://habitatbrasil.org.br/despejozero/>. Acesso em: 19 jul. 2021.

LIMA, Mário Sergio. INFLAÇÃO E PANDEMIA PODEM EMPURRAR BRASIL DE VOLTA AO MAPA DA FOME. **CNN Brasil**. São Paulo, 01 abr. 2021. Disponível em:<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/2021/04/01/inflacao-e-pandemia-podem-empurrar-brasil-de-volta-ao-mapa-da-fome.>. Acesso em: 10 jul. 2021.

LIMA, André Luiz da Silva; et al. Covid-19 nas Favelas: cartografia das desigualdades. IN: **Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia [online**]. Rio de Janeiro: Observatório Covid 19; Editora FIOCRUZ, 2021, p. 111-121.

MÉSZAROS, I. **Crise estrutural do capital**. Revista Outubro, 2000.

NATALINO, Marco. **ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL (SETEMBRO DE 2012 A MARÇO DE 2020**). Nota técnica nº 73 - IPEA. Diretoria de Estudos e Políticas Sociais. Junho de 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35811>. Acesso em: 19 jul. 2021.

Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS). **Folha informativa sobre covid-19.** Disponível em: https://www.paho.org/pt/covid19. Acesso em: 22 jul. 2021.

PAMPLONA, Nicola. Em um ano de pandemia, alta em preço de alimentos é quase o triplo da inflação. **Folha de São Paulo**. Rio de Janeiro, 11 março 2021. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/03/em-um-ano-de-pandemia-preco-dos-alimentos-sobe-quase-tres-vezes-a-inflacao.shtml. Acesso em: 20 jul. 2021.

PANDEMIA ELEVOU A SOBRECARGA DE TRABALHO DAS MULHERES NA EDUCAÇÃO. **INSTITUTO UNIBANCO** 12/03/2021. Disponível em: <https://www.institutounibanco.org.br/conteudo/pandemia-elevou-sobrecarga-de-trabalho-das-mulheres-na-educacao/>. Acesso em: 19 jul. 2021.

PIMENTA, Denise Nacif *et al*. Leituras de Gênero sobre a Covid-19 no Brasil. IN: Os **impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia [online**]. Rio de Janeiro: Observatório Covid 19; Editora FIOCRUZ, 2021, p. 159 –170.

SABADINI, M. S et al. **Notas sobre o debate acerca dos limites histórico do capital**. IN: Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política. n. 49, janeiro 2018 – abril 2018.

SAMPAIO JR, P. S. A. S. **ENTRE A NAÇAO E A BARBÁRIE: Uma leitura das contribuições de Caio Prado Jr, Florestan Fernandes e Celso Furtado à crítica do capitalismo dependente.** Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, 1997.

SILVA, Ana Paula Cardoso da. **Em tempos de Covid-19: fique em casa! Mas, onde ficam os que "moram" nas ruas?** In: VÉRTICES, ed. Essentia IFFLUMINENSE, v.22, n. Especial. Campos dos Goytacazes/RJ, 2020. p. 952-964.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O debate sobre pobreza: questões teórico-conceituais.** IN. Revista de Políticas Sociais. São Luís, EDUFMA, v. 06, n. 2, 2002.

SPOSATI, A. **Tendências latino-americanas da política social pública no século 21.** IN: Katálysis, Florianópolis, v. 14, n. 1, 2011. p. 104-115.

TORRES, L. V. P.; Lima, J. R. T.; Breda, R. de L. **Pandemia e desigualdade social: Centro de Referência da Assistência Social e o enfrentamento à Covid-19 em Arapiraca/Alagoas.** P2P E INOVAÇÃO, v. 7, n. 1, p. 161-183, 26 set. 2020. Disponível em: <http://revista.ibict.br/p2p/article/view/5430>. Acesso em: 26 abr. 2021

TRABALHADORS INFORMAIS NÃO CONSEGUEM SEGUIR MEDIDAS DE PREVENÇÃO. **FIOCRUZ,** Rio de Janeiro, 23 março 2020. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/covid-19-trabalhadores-informais-nao-conseguem-seguir-medidas-de-prevencao>. Acesso em: 19 jul. 2021.

UNICEF BRASIL. **CONGEMAS.** Diretrizes e orientações gerais para a preparação dos Centros de Referência de Assistência Social/CRAS em contextos de calamidades e emergências, 2020.

VELASCO, Clara. RAIO X DO SANEAMENTO NO BRASIL: 16% NÃO TÊM ÁGUA TRATADA E 47% NÃO TÊM ACESSO À REDE DE ESGOTO. **G1 Economia.** 24 jun. 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/06/24/raio-x-do-saneamento-no-brasil-16percent-nao-tem-agua-tratada-e-47percent-nao-tem-acesso-a-rede-de-esgoto.ghtml. Acesso em: 06 jun. 2021.